

O TRABALHO COMO ATIVIDADE PRINCIPAL NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DO INDIVÍDUO ADULTO¹

Camila Fernanda Moro Rios²

João Henrique Rossler

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, Brasil.

RESUMO. Este artigo visa analisar, por meio da revisão teórica de autores clássicos e contemporâneos da psicologia histórico-cultural, o trabalho como atividade principal na vida adulta, isto é, como a atividade que orienta as principais mudanças no psiquismo humano e na personalidade nessa idade. Para tanto, abstrai e generaliza elementos constantes nos estudos sobre periodização do desenvolvimento psíquico humano. Por um lado, identifica os conteúdos e processos psicológicos que, produzidos pelo trabalho, evidenciam sua relevância para o desenvolvimento do indivíduo adulto. Por outro, aborda os processos de alienação inerentes à sociedade capitalista, que alienam o trabalho como atividade principal. Assim, o trabalho se apresenta, dialeticamente, como atividade humanizadora e alienada. Entende-se que este estudo contribui para o avanço teórico-metodológico da psicologia histórico-cultural por abordar a questão do trabalho como atividade principal, uma discussão que se encontra ainda incipiente e pouco sistematizada. Além disso, supera o enfoque dos estudos sobre o desenvolvimento centrados na infância e reitera o rompimento com a perspectiva maturacionista de que a vida adulta é um período de estagnação do desenvolvimento. Pela análise do trabalho como atividade principal conclui-se que o desenvolvimento psicológico, produzido na vida adulta, se expressa, principalmente, por uma série de aquisições de habilidades e capacidades, pelo exercício da criatividade, por uma complexa reestruturação da esfera afetivo-motivacional da personalidade, pelo desenvolvimento da autoconsciência e pelo movimento dialético da consciência de classe, que tensiona a contradição entre o polo humanizador e o polo alienado/alienante do trabalho numa sociedade que limita e empobrece esse mesmo desenvolvimento.

Palavras-chave: Trabalho; desenvolvimento do adulto; psicologia histórico-cultural.

LABOR AS THE LEADING ACTIVITY IN THE PSYCHIC DEVELOPMENT OF ADULT INDIVIDUAL

ABSTRACT. This paper aims to analyze, through the theoretical revision of classic and contemporary authors of Historical-Cultural Psychology, labor as the leading activity of adult life, that is to say, as the activity which guides the main changes in human psyche and personality at this age. For this purpose, abstracts and generalizes elements from the studies about periodization of human psychic development. On the one hand, it identifies the psychological contents and processes that, being produced by labor, highlight this activity relevance for adult individual formation. On the other hand, it approaches the alienation processes inherent to capitalist society, which alienates labor as a leading activity. Thus, labor shows up, dialectically, as a humanizing and alienating activity. We understand that this study brings contributions for methodological theoretical advance of Cultural-Historical Psychology because it addresses the issue of labor as a leading activity, that is a still incipient and little systemized discussion. Moreover, it overcomes the focus of development studies that emphasize childhood and reiterates the rupture related to maturacionist perspective, according to which adult life is a period of development stagnation. By the analysis of labor under the concept of leading activity, we conclude that psychological development in adult life is mainly expressed by several acquirements of abilities and capabilities, by the exercise of creativity, by a complex restructuration of the affective-motivational sphere of personality, by the promotion of self-awareness and by the dialectical movement of class consciousness, that stresses the contradiction between the humanizing pole and the alienated/alienating pole of labor in a society that limits and impoverishes this same development.

Keywords: Labour; adult development; historic cultural psychology.

¹ *Apoio e financiamento:* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

² *E-mail:* camila_fmr@hotmail.com

EL TRABAJO COMO ACTIVIDAD RECTORA EN EL DESARROLLO PSÍQUICO DEL INDIVIDUO ADULTO

RESUMEN. Este artículo pretende analizar, por medio de la revisión teórica de autores clásicos y contemporáneos de la Psicología Histórico-Cultural, el trabajo como actividad rectora en la edad adulta, es decir, como la actividad que guía los principales cambios en la psique humana y la personalidad en esta edad. A tal fin, abstrae y generaliza elementos constantes en los estudios sobre la periodización del desarrollo psíquico humano. Por un lado, identifica los contenidos y los procesos psicológicos que, producidos por el trabajo, demuestran la importancia de esto para la formación del individuo adulto. En el otro lado, discute los procesos de alienación inherente a la sociedad capitalista, que alienan el trabajo como actividad rectora. Así, el trabajo aparece, dialécticamente, como actividad de humanización y de alienación. Se entiende que este estudio contribuye al avance teórico y metodológico de la Psicología Histórico-Cultural, puesto que aborda el tema del trabajo como actividad rectora, una discusión que todavía es incipiente y poco sistematizada. Además, trasciende el enfoque de los estudios sobre el desarrollo que se concentran en la infancia y reitera la ruptura con la perspectiva maturacionista de que la edad adulta es un período de estancamiento del desarrollo. En el análisis del trabajo como actividad rectora se concluye que el desarrollo psicológico producido en la edad adulta se expresa a través, principalmente, de una serie de adquisiciones de habilidades y capacidades, del ejercicio de la creatividad, de una compleja reestructuración de la esfera afectivo-motivacional de la personalidad, del desarrollo de la autoconsciencia y del movimiento dialéctico de la conciencia de clase, que hace más estricta la contradicción entre el polo de humanización y el polo alienado/de alienación del trabajo en una sociedad que restringe y empobrece este mismo desarrollo.

Palabras-clave: Trabajo; desarrollo del adulto; psicología histórico cultural.

Introdução

O trabalho tem seu papel ontológico amplamente reconhecido pela psicologia histórico-cultural. Por meio dessa atividade essencialmente social inaugurou-se o psiquismo propriamente humano e o desenvolvimento passou a ser regido fundamentalmente por leis sócio-históricas (Leontiev, 2004). A partir desse momento, para se formar como ser humano, todo indivíduo nascido no seio de uma dada sociedade precisa se apropriar dos objetos e saberes produzidos pelo trabalho das gerações precedentes. Desse modo, o trabalho apresenta-se como fundamento de todo o processo de desenvolvimento psíquico, perpassando todos os estágios da vida.

Verifica-se, contudo, no interior da própria psicologia histórico-cultural, a carência de maior sistematização sobre a dimensão psicológica do trabalho, ou seja, sobre como essa atividade contribui para o desenvolvimento do psiquismo, para a formação dos processos psicológicos e da personalidade do indivíduo adulto. Embora seja comum pressupor o trabalho como atividade principal na vida adulta - com base no conceito de atividade principal (atividade dominante ou atividade guia) presente nos estudos de Vygotsky (1988, 1996), Leontiev (1988, 2004) e Elkonin (1960, 2000) sobre a periodização do desenvolvimento humano -, não se encontra na literatura da área estudos que desenvolvam o conceito de trabalho como atividade principal e que respondam efetivamente a questão: o que significa, de fato, considerar o trabalho com a atividade principal do adulto?

A carência de acúmulo teórico sobre o trabalho como atividade principal na vida adulta é constatada em pesquisas recentes, seja de maneira implícita, a exemplo de Soler (2012) – pela desproporcionalidade de conteúdos e fontes bibliográficas apresentadas sobre o trabalho quando em comparação com as demais atividades principais que regulam o desenvolvimento humano –, seja por explícita menção à dificuldade de se encontrar uma apreensão teórica e sistematizada do tema, como o faz Calve (2013). Dificuldade esta confirmada no presente estudo que, à exceção de Martins, Abrantes e Facci (2016), não encontrou na literatura da área pesquisas sobre a questão.

Ao se recorrer aos autores clássicos e contemporâneos da psicologia histórico-cultural que versam sobre a periodização do desenvolvimento humano constatam-se estudos predominantemente focados no desenvolvimento infantil. Isso, provavelmente, pelo contexto originário dessa teoria psicológica. Após a Revolução Russa de 1917, urgia a necessidade de construir uma nova sociedade e um novo ser humano, com o que advinha a preocupação em consolidar processos formativos direcionados ao pleno

desenvolvimento das novas gerações. Assim, embora Elkonin (1960) anuncie que o ingresso na vida produtiva é o momento que sucede o período da escolarização juvenil e Leontiev (2004) recorde que o desenvolvimento não cessa com a iniciação na atividade de trabalho (visto que o novo lugar ocupado pelo indivíduo modifica suas relações e seus pontos de vista), o foco na infância se mantém até os dias atuais, privilegiando-se estudos sobre o desenvolvimento infantil.

Partindo-se da concepção de que o desenvolvimento não é passivo, mas decorre da atividade social dos indivíduos, e de que a cada estágio da vida é possível identificar uma atividade principal, assim denominada por regular as principais transformações ocorridas no desenvolvimento do psiquismo humano, na consciência e na personalidade, o presente artigo visa analisar o trabalho como a atividade principal da vida adulta, tal qual enunciam Martins e Eidt (2010), Reis (2011), Soler (2012), Calve (2013), Malaguty (2013), Martins et al. (2016). Para tanto, efetua-se uma revisão teórica de autores clássicos e contemporâneos da psicologia histórico-cultural que versam sobre as relações entre atividade e periodização do desenvolvimento psíquico humano (Vygotsky, 1988, 1996; Leontiev, 1988, 2004; Elkonin, 1960, 2000; Veresov, 2006; Pasqualini, 2009; Soler, 2012; Martins et al., 2016). E, com base na sistematização desses estudos sobre as épocas do desenvolvimento psíquico e as atividades principais que regulam seus períodos (na primeira infância, atividade de comunicação emocional direta e atividade objetual manipulatória; na infância, atividade de brincadeira/jogos de papéis e atividade de estudo; na adolescência, atividade de comunicação íntima pessoal e atividade profissional de estudo), busca-se abstrair e generalizar elementos que subsidiem a reflexão sobre o trabalho como atividade principal na vida adulta.

Não desconsiderando as possíveis variações decorrentes de um conjunto de fatores histórico-sociais, toma-se como referência para a época da vida adulta a faixa etária entre os 18 anos (conforme a maioridade legal e as políticas públicas para juventude) e os 60 anos (marco nas políticas para pessoas idosas). Obviamente que, em determinadas condições sociais, os indivíduos podem tanto ingressar no mercado de trabalho em idade anterior aos 18 – podendo o trabalho, nesses casos, adquirir (ou não) o caráter de atividade principal –, como ter a possibilidade de se dedicar exclusivamente à formação superior, adiando esse ingresso; ou ainda continuar trabalhando após os 60 anos. No entanto, este estudo foca-se na vida adulta, por considerá-la o momento em que o trabalho pode assumir sua forma mais desenvolvida e, portanto, potencializar o processo de desenvolvimento psíquico que ocorre sob sua determinação como atividade principal.

Cumpra ainda destacar que, por uma escolha metodológica e considerando a dialética humanização-alienação, a relação entre trabalho e desenvolvimento psíquico é apresentada a princípio de modo geral para apenas posteriormente ser articulada às particularidades histórico-sociais nas quais essa relação de fato ocorre. Assim, num movimento próprio ao materialismo histórico-dialético, abstrai-se o trabalho de suas relações concretas e históricas para analisá-lo, primeiramente, como atividade principal, organizadora do desenvolvimento psíquico humano e, portanto, atividade humanizadora. Depois, o trabalho é reposicionado nas relações sociais de classe, mas já num nível superior de compreensão e sistematização a seu respeito, para então ser analisado como atividade principal alienada. Esse movimento é apreendido, contudo, em seu caráter essencialmente contraditório, que tem no desenvolvimento da consciência de classe o momento de maior tensão.

A relevância deste estudo se dá sob três aspectos principais: é uma necessidade inerente ao próprio avanço do campo teórico-metodológico da psicologia histórico-cultural, uma vez que o problema do trabalho como atividade principal carece de aprofundamento e sistematização conceitual; a sistematização da relação entre trabalho e desenvolvimento psíquico na vida adulta subsidia reflexões teóricas e práticas em várias áreas da psicologia sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural, como educação, saúde e trabalho; urge entender as consequências da alienação do trabalho como atividade principal para o desenvolvimento psíquico do adulto, em especial nas sociedades assentadas sobre relações sociais de exploração e dominação, como é o caso da sociedade capitalista atual.

Periodização do desenvolvimento: a atividade principal como base da formação humana

Compreender a atividade como substância do psiquismo significa interpor um elemento mediador no vínculo do indivíduo com o mundo: a existência prática do ser humano (Leontiev, 1978). Com isso,

criticam-se tanto as abordagens que estipulam uma natureza psíquica inerente ao sujeito e apenas adaptável às pressões do meio quanto aquelas que, enfatizando a multiplicidade dos discursos sociais constituintes do sujeito recaem numa relativização cultural.

Para Leontiev (1988) e El'konin (2000), ao longo do desenvolvimento estabelecem-se relações hierárquicas entre diversas atividades que medeiam as relações do indivíduo com a realidade. E, de acordo com essa hierarquização, podem-se delinear diferentes períodos (ou estágios) do desenvolvimento, cada qual marcado por uma atividade principal, uma maneira fundamental de o indivíduo se relacionar com a realidade. Esta não é, necessariamente, a atividade mais frequente, mas aquela: em cuja forma surgem e se diferenciam outros tipos de atividade, na qual processos psíquicos particulares se moldam ou são reorganizados e da qual dependem as principais mudanças na personalidade (Leontiev, 1988).

O conteúdo da atividade principal de cada período é determinado pelo lugar social do indivíduo, sofrendo influências diretas das condições concretas de vida (Leontiev, 1988, 2004). É pela relação peculiar estabelecida entre o indivíduo e a realidade a sua volta, denominada por Vygotsky (1996) de situação social do desenvolvimento, que as aquisições sociais são ativamente transformadas em atributos individuais. Assim, embora o lugar social não garanta em si mesmo o desenvolvimento psíquico, é ele que fornece o substrato para o que de fato o promove: a atividade (Leontiev, 1988, 2004).

De acordo com Veresov (2006), o desenvolvimento pode ser entendido como um processo complexo de reestruturação de um sistema de atividades cujo cerne é a atividade principal, que regula as demais atividades e possibilita a emergência de novas formações psicológicas a cada estágio. Quando essa atividade cede lugar a outra, não deixa de existir, apenas muda gradualmente seu papel no sistema de relações do indivíduo com a realidade. Do mesmo modo, as aquisições psicológicas advindas com a transição a uma nova atividade principal não se dão em processos psíquicos isolados. Como assinala Pasqualini (2009), a estrutura do psiquismo se modifica como um todo, sendo cada idade caracterizada por uma formação global (interfuncional) que integra uma multiplicidade de processos (atenção, percepção, memória, linguagem etc.). Nesta formação, identificam-se linhas principais de desenvolvimento, que se convertem em linhas acessórias no período seguinte e vice-versa (Vygotsky, 1996). O que muda, portanto, não são as funções psicológicas em si, mas os complexos nexos estabelecidos entre elas, isto é, o sistema psicológico (Vigotski, 1999).

Em suma, a partir de dada situação social de desenvolvimento, criam-se condições para a emergência de uma atividade principal, por meio da qual se efetuam novas apropriações e se constituem novas formações psicológicas. O grau de desenvolvimento atingido faz com que o indivíduo avance em direção a uma nova situação social, a partir da qual se lhe revelam novas facetas da realidade, instauram-se novas relações interpessoais, condicionam-se novas possibilidades de apropriação da experiência social e de objetivação, e um novo tipo de atividade lhe é demandado (Elkonin, 1960). Esse processo não acontece de maneira linear, mas é perpassado por momentos críticos, de intensa ruptura e transformação da personalidade, em que tudo o que se formou em etapa prévia se desintegra até que seja estabelecido algo novo (Vygotsky, 1996). De acordo com a intensidade das crises, El'konin (2000) propõe a categorização do desenvolvimento em épocas e estágios (ou períodos), os quais são dinâmicos e não necessariamente correspondem a idades pré-fixadas. As épocas, marcadas por crises mais evidentes, são a primeira infância, a infância, a adolescência e – em acréscimo à proposta do autor – a vida adulta. Em cada uma delas intercalam-se dois períodos: um em que predomina o desenvolvimento de atividades promotoras da esfera afetivo/motivacional, ou seja, cuja tendência aponta para o predomínio de objetivos e normas de relações com as pessoas; e outro em que predominam as atividades de formação intelectual/técnico-operacional, isto é, cuja tendência aponta para o predomínio de procedimentos socialmente elaborados de ação com os objetos.

As esferas afetivo/motivacional e intelectual/técnico-operacional constituem uma unidade no processo de desenvolvimento, assentado na atividade humana como unidade afetivo-cognitiva (Martins & Carvalho, 2016). Esta unidade não é estática, mas dinâmica; consiste em polos opostos interconectados, em cujo interior certos elementos assumem, em dado momento, uma posição predominante no conjunto das determinações constituintes da unidade/totalidade do fenômeno, apontando a direção, a linha de seu desenvolvimento. Lessa (1992, 2015), baseado em Lukács, afirma que Marx avança em relação à dialética hegeliana ao considerar a atuação do momento predominante

na processualidade interna ao ser. Para Hegel as determinações se movimentariam pela pura contradição; o que, na visão de Lukács, fundamentado em Marx, poderia conduzir apenas a um equilíbrio estático entre os polos contraditórios, não sendo suficiente para produzir um processo de desenvolvimento qualquer. Assim, ao se analisar a dinâmica entre os processos que constituem a unidade afetivo-cognitiva, bem como o desenvolvimento psíquico como um todo, é necessário considerar o caráter predominante que certos elementos (determinações) assumem em sua constituição como unidade dialética em movimento.

Com base nos estudos ora realizados, considera-se a vida adulta uma época regulada por uma única atividade principal, o trabalho, em cujo interior se alterna o caráter predominante das esferas afetivo-motivacional e intelectual/técnico-operacional, isto é, de ambas as tendências do desenvolvimento.

Vida adulta: o trabalho como atividade principal

Pode-se afirmar que o processo formativo dos indivíduos é uma preparação para que se tornem membros ativos da sociedade, contribuindo, com seu trabalho, para a produção do gênero humano. Nesse sentido, o trabalho é a atividade ontológica fundamental. Por outro lado, como atividade principal, promove nos indivíduos tanto a aquisição de novos tipos de atividades, conhecimentos e habilidades quanto a reorganização das motivações, dos sentimentos e das relações humanas. Por isso, considera-se que, na vida adulta, essa atividade molda e reorganiza o desenvolvimento psíquico dos indivíduos trabalhadores, estabelecendo a sua direção e determinando as principais mudanças na personalidade. Processo este que, contraditoriamente, se empobrece nas sociedades de classes, assentadas em relações sociais de exploração e dominação que impõem limites ao desenvolvimento psíquico produzido pelo trabalho, como é o caso na sociedade capitalista.

A análise do trabalho como atividade principal na vida adulta demanda, portanto, considerá-lo dialeticamente como atividade principal humanizadora e atividade principal alienada e alienante.

O trabalho como atividade principal humanizadora

Como atividade humanizadora, o trabalho oportuniza a apropriação de conhecimentos e a formação de habilidades, capacidades e aptidões cognitivo-afetivas, sensoperceptivas e psicomotoras que instrumentalizam e enriquecem a atividade humana em geral (Soler, 2012).

Por seu caráter intencional – isto é, por orientar-se para a criação de um produto necessário ou útil à sociedade, respondendo a um objetivo dado pela atividade social mais ampla – o trabalho demanda projeto e controle para sua execução, bem como certa disciplina para o cumprimento dos deveres envolvidos. Requer tensão, esforço e superação de obstáculos externos e internos (Rubinstein, 1978). Nesse sentido, demanda o desenvolvimento de determinadas capacidades psíquicas, tais como o planejamento de ações, a regulação voluntária da atividade e a atenção voluntária, que possibilita ao indivíduo se concentrar em etapas do trabalho que não lhe são diretamente atrativas (Martins, 2001).

Envolvendo processos tanto físicos quanto intelectuais, as ações e operações de trabalho exigem a sofisticação de conhecimentos e a criação de hábitos. Os hábitos fixam e automatizam as ações, facilitando e tornando mais ágil a atividade, enquanto que os conhecimentos possibilitam a lida com a alteração das condições do processo de trabalho, embasando a iniciativa para resolver tarefas novas que apareçam no seu decorrer (Rubinstein, 1978). Assim, a atividade intelectual exigida pelo trabalho está aliada ao exercício de uma atitude criativa, expressa no enfrentamento de novas necessidades e situações e na geração de novas objetivações a partir de elementos pré-existentes (Vázquez, 1977).

De modo geral, o trabalho implica, portanto, o desenvolvimento de capacidades e habilidades, a automatização de ações, a apropriação e sofisticação de conhecimentos e saberes e a criatividade. Confere, além disso, um nível qualitativamente superior à dinâmica interfuncional do psiquismo, potencializando a consciência acerca da realidade e de si mesmo. Mobilizando signos e significados, o trabalho engendra rearticulações entre as funções psicológicas do complexo sistema interfuncional do psiquismo humano (sensação, percepção, memória, linguagem, pensamento, imaginação, emoção e sentimento), e transforma, com isso, a consciência como um todo.

Há que se considerar que diferentes tipos de atividade têm diferentes especificidades, apresentando um aspecto psicológico mais ou menos específico também. Cada tipo de atividade (industrial, pedagógica, científica, artística etc.) possui suas tarefas intelectuais especiais, seus hábitos, suas técnicas, suas próprias criações (Rubinstein, 1978). Assim, o que determina quais saberes e ações, quais capacidades e habilidades são desenvolvidas pelo trabalho é sua especificidade. As funções psicológicas são ativadas em distintos graus e aprimoradas de acordo com o tipo de trabalho realizado. Para um advogado, por exemplo, o primordial é o desenvolvimento da lógica, da linguagem, da oralidade. Para um engenheiro, é importante desenvolver o raciocínio lógico-matemático, ter habilidade na resolução de problemas e capacidade de criar soluções para situações concretas. Cada tipo de atividade conduz, predominantemente, a determinada dinâmica interfuncional do psiquismo, a determinada integração intersíquica. Por outro lado, isso não anula a necessidade de uma formação integral, em que as faculdades humanas se desenvolvam por completo, tal qual preconizam Marx e Engels (2011) e Vygotsky (2004). Trabalho material e trabalho intelectual configuram uma unidade, devendo o processo de produção ser apreendido globalmente, desde as habilidades elementares para operar as ferramentas dos ramos produtivos até os princípios teórico-científicos gerais e comuns a todo processo produtivo.

Para além das já mencionadas potencialidades técnico-operacionais desenvolvidas pelo trabalho, existem, ainda, as referentes às relações interpessoais, aos afetos, aos interesses e às motivações, em outras palavras, à esfera motivacional da personalidade. Por meio do trabalho, consolida-se, afirma-se e distingue-se, na vida adulta, a personalidade autoconsciente. Martins e Eidt (2010) apontam que as atividades nessa época da vida envolvem motivos conscientes e hierarquizados, conscientização das articulações entre motivos e fins e intervinculação das ações. Na visão de Rubinstein (1978), o trabalho é o meio mais importante para a formação da personalidade, porque nele são desenvolvidas atitudes, valores, forma-se o caráter, forjam-se princípios e ideais e transforma-se a postura que se tem quanto à atuação prática e às relações humanas; como o indivíduo se relaciona não apenas com o processo ou o produto do trabalho, mas também diretamente com as pessoas com quem trabalha e, indiretamente, com aquelas a quem se destina o produto de seu trabalho, o autor considera que é desenvolvida uma atitude subjetiva perante o trabalho, vinculada aos motivos que essa atividade assume.

Os motivos do trabalho são muitos e derivam das condições sociais objetivas em que ele transcorre. Mas considerando que o trabalho é a lei básica da humanidade, que é a partir dele que se produz e reproduz o gênero humano, o esperado é que os motivos e interesses individuais que o guiam encontrem-se, em alguma medida, vinculados aos interesses sociais. O trabalho representa a satisfação da necessidade mais peremptória do ser humano: a manifestação de si mesmo pela atividade, a transformação da intenção em feito. Pelo trabalho, o indivíduo cria, objetiva-se em produtos materiais, enriquece e estende a própria existência, deixa uma marca no real, se reconhece na objetivação que produz e reconhece a si mesmo como ser criador, encontrando nisso satisfação (Rubinstein, 1978).

Na medida em que o indivíduo trabalha para produzir determinado resultado porque isto supre uma necessidade social, que, por sua vez, tem repercussão sobre a existência individual; ou seja, na medida em que o significado objetivo do trabalho encontra-se em unidade com o sentido pessoal, põe-se em evidência uma atividade humanizadora. Martins (2005) define como humanizadora a atividade pela qual o indivíduo não só desenvolve em si determinadas capacidades, aptidões e propriedades, como as externaliza em produtos que retornam em benefício de si e de seu ser genérico. Por essa atividade, os seres humanos objetivam-se de modo social e consciente, com vistas à universalidade e à liberdade.

Ao se tornar trabalhador, o indivíduo assume uma posição ativa na construção da vida social, um posicionamento diante de outros indivíduos e da sociedade como um todo. Nesse processo, é comum que emoções e sentimentos contribuam para a mediação das situações vivenciadas. Regras de conduta e valores também são forjadas, assim como se estabelecem as condições para a formação de uma autoimagem (projetada naquilo que se faz) e a ampliação da autoconsciência (indicativo de autonomia nas transformações da vida pessoal e genérica) (Martins, 2005). Os resultados do trabalho e as relações sociais que se constroem a partir dele contribuem para que o indivíduo amplie suas atividades, reconfigure motivos e crie outros novos, relacionados ao crescimento pessoal, à cooperação e à humanização. Pode-se dizer, desse modo, que o trabalho repercute sobre todas as esferas da vida, constituindo-se como centro organizador da hierarquia de atividades do indivíduo, a partir do qual se constrói um sentido para a existência. É “em função dessa atividade que o homem pauta sua rotina,

estabelece seus planos, metas e aspirações, constrói laços afetivos, exerce sua criatividade, garante sua independência e sobrevivência” (Reis, 2011, p. 84).

Além do desenvolvimento da consciência sobre si e da autoconsciência, tem-se a possibilidade do desenvolvimento da consciência de classe, como momento humanizador fundamental do processo de desenvolvimento psicológico produzido pelo trabalho como atividade principal. Consciência esta que pode se interpor aos processos de alienação instaurados nas sociedades de classes – que alienam a própria atividade de trabalho que a promove – e que Vázquez (1977) associa à tarefa histórica dos trabalhadores de conhecer a sociedade capitalista para, coletiva e radicalmente, transformá-la.

A questão da consciência de classe será retomada após o deslocamento do trabalho do campo da reflexão abstrata até aqui desenvolvida para as circunstâncias concretas histórico-sociais em que essa atividade transcorre, isto é, a sociedade de classes capitalista, que, embora não anule a humanização no/pelo trabalho, traz uma série de obstáculos à mesma.

O trabalho como atividade principal alienante

O desenvolvimento psíquico produzido pelo trabalho como atividade principal dá-se no limite das possibilidades reais do lugar alienado que o indivíduo ocupa nas relações sociais. Capacidades e habilidades, criatividade, interesses, necessidades, motivações, inclinações e aspirações são perpassados pelo corte de classes. Assim, a atividade principal da vida adulta apresenta-se sob a forma de trabalho alienado e alienante. A consequência é o empobrecimento do desenvolvimento do psiquismo e da personalidade (Calve, 2013).

No modo capitalista de produção impera a divisão entre uma classe que detém os meios de produção e outra que, possuindo apenas a própria força de trabalho, é obrigada a vendê-la por um salário que está muito aquém do valor que gera, o qual é expropriado pelo capitalista na forma de mais-valia. Com isso, o processo de produção torna-se alienação ativa, posto que as objetivações resultantes do trabalho não pertencem ao trabalhador nem servem às suas necessidades. O trabalho volta-se para a produção de valor de troca em detrimento de seu valor de uso; converte-se em mera execução, em meio indireto de satisfazer – a partir do salário – necessidades que são externas e estranhas a seu conteúdo (Martins, 2001).

Na atual configuração do capitalismo, a exploração e a alienação do trabalhador em prol do aumento da produtividade e da mais-valia são intensificadas. O trabalho, servindo mais à reprodução do capital que ao desenvolvimento do indivíduo e de seu ser genérico (Martins, 2005), requer criatividade, capacidades e habilidades apenas na medida em que estas se adéquam imediatamente ao cargo ou ao lugar ocupado na produção social, ou seja, de acordo com exigências estritamente pragmáticas. Executa-se uma atividade parcializada e altamente especializada, sem que se tenha consciência do processo global de que essa atividade é parte (Vázquez, 1977). O discurso atual acerca da polivalência do trabalhador efetua-se, na prática, como multifuncionalidade: ampliam-se a quantidade e a variedade de ações sob responsabilidade do indivíduo, as quais na maioria das vezes não possuem qualquer relação entre si e sobre as quais o trabalhador não possui qualquer controle, posto que o encadeamento e o ritmo das mesmas é determinado pela demanda do mercado (Malaguty, 2013). Não há real integração e enriquecimento das tarefas, como comumente se apregoa, mas acúmulo e sobrecarga de trabalho (Palangana, 1998).

Nesse contexto, o mais provável é ocorrer a redução do potencial criativo e o desenvolvimento apenas unilateral do psiquismo do trabalhador. O fazer e o conhecimento assumem um caráter utilitário, limitando-se à aplicação de técnicas, à aprendizagem e à reprodução de modos mecanizados de ação. Instaura-se, nos termos de Vázquez (1977), uma práxis reiterativa. Com o fracionamento da atividade de trabalho, fragmenta-se igualmente o saber-fazer e o pensamento do trabalhador (Palangana, 1998). Se por um lado isso pode se traduzir num trabalho extremamente simplificado, monótono e pouco qualificado, por outro, pode restringir a formação e a qualificação do trabalhador a capacidades genéricas e intervenções técnicas, com o conteúdo e a forma do conhecimento prescritos pelas demandas imediatas da produção. Em ambos os casos, o desconhecimento da totalidade do processo produtivo dificulta a percepção individual do trabalho como realização de algo e expressão de potencialidades criadoras, o que interfere diretamente na esfera motivacional do trabalhador.

O sentido pessoal e o significado social do trabalho tornam-se incongruentes. Independentemente do caráter da atividade e de seus resultados, o motivo para atuar é dado prioritária, se não exclusivamente, pelo salário, de modo que as atividades se diferenciam menos por seus produtos e pelo seu valor social que pelas condições de sobrevivência por elas ofertadas (Leontiev, 2004). Carecendo de um sentido próprio que enriqueça seu conteúdo, o trabalho é vivenciado como carga e obrigação (Malaguty, 2013); como labuta, atividade sufocante e opressora, que consome tempo, exaure energias e limita as perspectivas para um desenvolvimento pleno (Martins, 2005). Isso faz com que o indivíduo mantenha relação de exterioridade para com sua própria atividade, que passa a ser vista como determinada por ocorrências fortuitas, por condições objetivas aparentemente inevitáveis.

Instaura-se e se generaliza uma relação espontânea (não consciente) para com o mundo e consigo mesmo (Martins, 2005). Limitada a capacidade de crítica e reflexão consciente, o psiquismo se põe vulnerável à manipulação do comportamento, dos sentimentos e do pensamento (Rossler, 2004). A autoconstituição da individualidade pela atividade social e consciente, a capacidade de autogerenciamento da vida, cede lugar a uma personalidade determinada a partir de fora, que se manifesta em comportamentos ritualizados e estereotipados, desprovidos de sentido pessoal (Martins, 2005, 2009). Ganham força, então, concepções ideológicas que localizam no indivíduo as causas de seu sucesso ou fracasso na vida, o que contribui para a vivência de estados de resignação, conformismo ou mesmo sofrimento (Martins, 2001).

Conforme expõe Martins (2001), embasada em Montero (1991), algumas manifestações psicológicas que podem advir do empobrecimento psíquico radicado na alienação do trabalho são: o sentimento de falta de poder ou impotência – quando o indivíduo, negado ou inibido pelo ambiente, sente-se incapaz de gerir o próprio destino; o sentido do absurdo – quando a impossibilidade de predizer ações reduz expectativas e conduz ao desapego do meio, à não concretização de projetos e ao refúgio na fantasia; o isolamento – quando há distanciamento em relação à sociedade, guiado pela desesperança e pela desvalorização dos objetivos sociais; o autoestranhamento – quando a atividade depende de recompensas externas; ausência de normas; anomia – quando, diante da insuportável opressão, rompe-se o vínculo com o sistema a que se pertence.

Malaguty (2013) ressalta que, no atual contexto de trabalho, essas manifestações afetam todas as esferas da vida do trabalhador, pois a vida pessoal não só é incorporada, em vários aspectos, ao processo produtivo como, fora do ambiente laboral, serve à mera reprodução da força de trabalho. Destarte, o sentimento de isolamento, por exemplo, pode decorrer do descompasso entre o ritmo exacerbado de trabalho e o ritmo de vida familiar, cultural e social: o indivíduo, estando conectado o tempo todo com a empresa (via tecnologias de informação), podendo ser solicitado por ela a qualquer momento (de acordo com a demanda) e carregando constantes preocupações em relação ao trabalho (metas não cumpridas, dificuldades de relações, incremento de tarefas, medo do desemprego), tem sua vida, em suas diversas instâncias, abalada. No local de trabalho, o sentimento de isolamento e de impotência é também reforçado: o trabalho em equipe – que pretensamente incrementaria as relações pessoais e a cooperação – alimenta o individualismo e a competitividade, por meio da disputa entre equipes por maior produtividade e do constante controle exercido pelos seus membros para que sejam atingidas as metas propostas; o indivíduo que não as alcança sente-se culpado por “não dar conta” de seu trabalho e tende a se isolar e a ser isolado pelos demais. A impossibilidade de predizer as ações, que caracteriza o sentido do absurdo, também se faz presente, na medida em que é grande a rotatividade no trabalho e em que os conhecimentos demandados, além de limitados, parecem estar em constante renovação. Diante da frequente modificação e imprevisibilidade de tarefas e técnicas, aumenta a frustração no trabalho e o sentimento de estar sempre desatualizado, defasado.

Todas essas formas de exploração do trabalhador e intensificação de seu sofrimento se dão hoje de modo muito sutil, especialmente nos novos modelos de gestão, por meio da individualização dessas vivências. O trabalhador sente-se importante para a empresa, responsável pela qualidade da produção e participante da gestão. Por isso, exige de si mesmo comprometimento cada vez maior com as metas estabelecidas; intensifica sua jornada (leva trabalho para casa, realiza horas-extras) e acaba por se culpar quando seus esforços são insuficientes ou eventualmente fracassam (Palangana, 1998).

Portanto, se por um lado o trabalho é a atividade principal na fase adulta da vida, que organiza e atua sobre o processo de desenvolvimento psíquico dos indivíduos, por outro, a forma alienada que essa

atividade assume na sociedade atual repercute no psiquismo adulto, empobrecendo o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, da consciência e da personalidade, bem como afetando negativamente as relações que os trabalhadores estabelecem com a sociedade e com os outros seres humanos (Martins, 2005). Por sua vez, a desvinculação do trabalho dos interesses sociais e a sua restrição a motivos individualistas afetam o desenvolvimento da autoconsciência e da consciência de classe, como consciência potencialmente transformadora, pois o trabalho como atividade alienada produz uma consciência alienada.

No entanto, tal processo não ocorre sem contradições, sendo o movimento dialético da consciência de classe – no interior da dinâmica entre aspectos humanizadores e alienados do trabalho – expressão direta dessa contradição, bem como condição para sua negação e possível superação.

A consciência de classe como ponto de tensão entre os processos de humanização e alienação pelo trabalho como atividade principal

De acordo com Almeida (2008), a consciência alienada naturaliza as relações sociais existentes, tomando-as por imutáveis, e reproduz os valores sustentados pelas relações materiais capitalistas: o fetichismo da mercadoria, o individualismo, a competitividade, a propriedade. Mas, a inserção do indivíduo em novos contextos materiais e o estabelecimento de novas relações – o ingresso no trabalho, o contato com os sindicatos, a participação em greves e movimentos sociais – abre espaço para a internalização de outros valores, que podem contradizer os dominantes. Em alguns momentos, os significados ideológicos revelam-se incongruentes com a realidade vivida, com a situação material da classe trabalhadora, o que pode tanto gerar revolta individual e tendência à culpabilização de si como abrir espaço para uma nova forma de consciência.

Leontiev (2004) aborda esse processo sob a óptica da exterioridade entre sentido e significado, implicitamente manifesta nos dilemas da consciência. Estes são entendidos como momentos propícios para a tomada de consciência, a partir da encarnação dos sentidos (engendrados pela atividade humana) nos significados sociais. A eliminação da inadequação da consciência, segundo o autor, só pode ocorrer com a transformação das condições objetivas nas quais ela se fundamenta. Em se mantendo essas condições, as vias possíveis são ou o repúdio da vida real pela consciência ou a luta ativa contra elas. No primeiro caso, tem-se um movimento impotente, precível e restrito à esfera dos sentimentos. No segundo, a possibilidade da luta da classe trabalhadora contra as condições que lhe oprimem. Uma luta pelo desenvolvimento pleno da vida, pela superação dos significados dominantes que a refratam parcialmente e em prol de significados mais adequados à realidade concreta; bem como a busca coletiva pelo direcionamento do trabalho para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, de modo que o resultado e o motivo dessa atividade deixem de ser estranhos entre si.

A princípio, o processo de tomada de consciência pode se situar no nível de uma consciência reivindicatória, caracterizada pela identificação da revolta individual com a dos demais e pela ação organizada para a reivindicação de melhorias na realidade imediata, sem que se pautem a transformação das relações sociais que produzem exploração. No momento, porém, em que os indivíduos não só se percebem como classe, mas se põem em movimento pela superação das relações capitalistas e pela abolição das classes, adentram o nível de uma consciência revolucionária (Almeida, 2008). Nesse processo, Bulhões e Abrantes (2016) destacam o papel central da apropriação de conhecimentos sistematizados, que viabilizam a apreensão dos fenômenos em suas múltiplas determinações. A partir da vivência imediata, é possível detectar relações de injustiça e reivindicar melhores condições de vida e trabalho; todavia, para que a superação radical da contradição entre capital e trabalho torne-se o norte da práxis de resistência, é necessária a mediação de produções científicas, artísticas e filosóficas.

Reitera-se, com isso, o caráter dinâmico da realidade: embora o modo de produção capitalista imponha inúmeras restrições ao desenvolvimento do psiquismo e da personalidade, não nega totalmente o potencial humanizador do trabalho como atividade principal. Nesse caso, atividade principal dialeticamente humanizadora e alienada.

Portanto, as próprias contradições da sociedade capitalista geram a necessidade e a possibilidade de sua superação. A consciência de classe, tendo sua gênese a partir do trabalho como atividade principal, tensiona os polos humanizador e alienado/alienante dessa atividade. Ainda que o

desenvolvimento psíquico produzido pelo trabalho como atividade principal possa gerar vários pontos de tensão, é o desenvolvimento da consciência de classe que pode assumir o ponto máximo de tensão nesse processo, como determinação predominante, apontando a direção para a possível negação e superação do caráter contraditório do trabalho. Ressaltando-se que, para a efetiva superação das condições objetivas e subjetivas de alienação impostas à classe trabalhadora, é necessária a transformação radical das condições materiais que as produzem, isto é, a abolição das relações sociais capitalistas. Transformação esta que depende, dialeticamente, da passagem da consciência de classe à consciência revolucionária.

Considerações finais

Os conteúdos psicológicos aqui destacados, que sustentam a afirmação do trabalho como atividade principal na vida adulta permitem reconhecê-lo duplamente como síntese: no âmbito da periodização do desenvolvimento psíquico, como síntese entre as tendências motivacional e técnico-operacional do desenvolvimento; no âmbito do cenário capitalista contemporâneo, como síntese de humanização e alienação. Pode-se dizer que o trabalho é a atividade principal que marca a época adulta – da juventude à maturidade – e que se estende até a velhice, ainda que assumindo contornos peculiares a cada período. Afirmá-lo, contudo, não significa encerrar a problemática da identificação de uma atividade reguladora do desenvolvimento adulto, e sim anunciar possíveis desdobramentos para a questão, visto que as determinações desse processo são múltiplas. A complexidade das relações sociais que transpassam as experiências do indivíduo adulto tornam especialmente válida a advertência de Bulhões e Abrantes (2016) quanto à codeterminação das demais atividades sociais no desenvolvimento do psiquismo e no processo de personalização. No período inicial da vida adulta, a juventude, por exemplo, a relação com o trabalho é balizada pela unidade contraditória entre a atividade de estudo profissionalizante e a atividade produtiva. Em essência, tem-se uma mesma atividade, a atividade de formação profissional; mas o que determina que essa formação se dê predominantemente em instituições educativas ou no próprio ambiente de trabalho são as situações concretas de vida e o lugar que cada indivíduo ocupa socialmente: enquanto a autonomia do jovem das classes populares está vinculada à urgência do ingresso no mercado de trabalho – inclusive para garantir o estudo –, a de jovens de outros segmentos sociais atrela-se a projetos de estudo e formação acadêmica. Assim, na dinâmica de produção capitalista, o mundo adulto assume contornos opostos de acordo com a divisão de classes. De um lado, tem-se o trabalho executado na prática, promovendo humanização ao desenvolver certas capacidades e habilidades, mas intensificando a alienação do indivíduo com o ritmo exacerbado de exploração, a redução de salários e a cisão da intelectualidade do processo de produção. De outro, o trabalho acessado pela formação profissional superior, que humaniza por meio da apropriação do conhecimento abstrato, mas que também aliena ao apartar o indivíduo do mundo do trabalho e das necessidades sociais coletivas.

Referências

- Almeida, M. R. (2008). *A relação entre a consciência individual e a consciência de classe: uma análise das contribuições de Vigotski sobre a consciência da classe trabalhadora*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Bulhões, L., & Abrantes, A. A. (2016). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In Martins, L. M., Abrantes, A. A., & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 267-292). Campinas, SP: Autores Associados.
- Calve, T. M. (2013). *Trabalho, aprendizagem e desenvolvimento na Educação de Jovens e Adultos: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Elkonin, D. B. (1960). Desarrollo psíquico de los niños. In Smirnov, A. A., Rubinstein, S. L., Leontiev, A. N., & Tieplov, B. M. (Orgs.). *Psicología* (pp. 493-559). Miguel Hidalgo, México, D.F.: Editorial Grijalbo.
- El'konin, D. B. (2000). *Toward the problem of mental development of children*. Recuperado em 23 de outubro, 2016, de https://www.marxists.org/archive/elkonin/works/1971/s_tages.htm.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, Conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias del Hombre.

- Leontiev, A. N. (1988). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In Vigotskii, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. (Orgs.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 59-83). São Paulo: Ícone.
- Leontiev, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo* (2a ed.). São Paulo: Centauro.
- Lessa, S. (1992). Lukács: trabalho, objetivação, alienação. In *Trans/Form/Ação*, 15, 39-51.
- Lessa, S. (2015). *Para compreender a ontologia de Lukács* (4a ed.). São Paulo: Instituto Lukács.
- Malaguty, S. (2013). *Sofrimento pelo trabalho: contribuições a partir da teoria da atividade de A. N. Leontiev para o campo saúde do trabalhador*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Martins, L. M. (2001). *Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.
- Martins, L. M. (2005). Psicologia Sócio-Histórica: o fazer científico. In Abrantes, A. A., Silva, N. R., & Martins, S. T. F. *Método Histórico-Social na Psicologia Social* (pp. 118-138). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, L. M. (2009). A personalidade do professor e a atividade educativa. In Facci, M. G. D., Tuleski, S. C., & Barroco, S. M. S. (Org.). *Escola de Vigotski: contribuições para a psicologia e educação* (Vol. 1, pp. 135-150). Maringá, PR: EDUEM.
- Martins, L. M., Abrantes, A. A., & Facci, M. G. D. (2016). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Martins, L. M., & Carvalho, B. (2016, outubro/dezembro). A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. In *Psicologia em Estudo*, 21 (4), 699-710.
- Martins, L. M., & Eidt, N. M. (2010, outubro/dezembro). Trabalho e Atividade: categorias de análise na Psicologia Histórico-Cultural do Desenvolvimento. In *Psicologia em Estudo*, 15 (4), 675-683.
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *Textos sobre Educação e Ensino*. Campinas, SP: Navegando.
- Palangana, I. C. (1998). *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: EDUC.
- Pasqualini, J. C. (2009, janeiro/março). A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. *Psicologia em estudo*, 14(1), 31-40.
- Reis, C. W. (2011). *A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.
- Rossler, J. H. (2004, abril). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. In *Caderno. Cedes*, 24(62), 100-116.
- Rubinstein, J. L. (1978). El trabajo. In Rubinstein, J. L. *Princípios de psicologia general* (pp. 626-643). México, D.F.: Editorial Grijalbo.
- Soler, V. T. (2012). *Considerações sobre o papel dos programas televisivos infantis na brincadeira da criança e no desenvolvimento do psiquismo infantil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Vázquez, A. S. (1977). *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Veresov, N. (2006). Leading Activity in Developmental Psychology: Concept and Principle. *Journal of Russian and East European Psychology*, 44(5), 7-25. Doi: 10.2753/RPO1061-0405440501
- Vigotski, L. S. (1999). Sobre os sistemas psicológicos. In Vigotski, L. S. *Teoria e método em psicologia* (pp. 103-135). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1988). *A formação social da mente* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1996). *Obras Escogidas* (Tomo IV). Madrid: Visor.
- Vygotsky, L. S. (2004). *A transformação socialista do homem*. Recuperado em 23 de outubro, 2016, de <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/me/s/transformacao.htm>.

Recebido em 03/06/2017
Aceito em 02/10/2017

Camila Fernanda Moro Rios: graduada em psicologia e mestre em psicologia, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). <http://orcid.org/0000-0002-5101-8708>

João Henrique Rossler: graduado em psicologia e doutor em educação escolar, pela Universidade Estadual Paulista(UNESP). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). <http://orcid.org/0000-0003-1639-6292>